

Manifesto Pela titulação coletiva das terras remanescentes de quilombo da Ilha da Marambaia

Nós, quilombolas da Ilha da Marambaia, reivindicamos aos órgãos competentes a titulação coletiva das terras que nos cabem na Ilha. Ocupamos essas terras há mais de cem anos, desde que nossos ancestrais foram trazidos da África para servir como escravos. De lá para cá, garantimos nossa subsistência e a preservação do meio ambiente segundo nosso saber tradicional.

No entanto, desde que a Marinha de Guerra do Brasil instalou o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (Cadim) em 1971, a população passou a sofrer com os treinamentos militares e as privações dos direitos fundamentais, como o de ir e vir, de moradia e o de acesso a serviços públicos antes oferecidos.

Apesar desse quadro de autoritarismo, temos a nosso favor o artigo 68 da Constituição de 1988, o Decreto n. 4.887/03, de autoria do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, e a certidão de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares como *comunidade remanescente de quilombo*. Porém, a titulação de nossas terras está sendo ameaçada pelas articulações políticas de alguns representantes da Marinha, que vêm fazendo pressão junto ao Governo Federal para que nosso direito coletivo não se concretize.

Por isso, lançamos este manifesto para mobilizar a sociedade civil, que, junto conosco, não deve permitir que um direito constitucional sucumba aos interesses militares. A lei está do nosso lado e deve ser cumprida.

ILHA DA MARAMBAIA TERRA DE QUILOMBO TITULAÇÃO JÁ!

Assinam

Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR)
Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ)
Coordenação Nacional das Comunidades de Quilombos (CONAQ)
KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço
Projeto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (DESC/FASE)
Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP)
CRIOLA
Centro Pelo Direito à Moradia Contra Despejos (COHRE)
Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá (GDASI)
Justiça Global
Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)
Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
Comissão Pró-Índio de São Paulo
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Grupo Tortura Nunca Mais/RJ
HUMANITAS - Organização para Direitos Humanos e Cidadania